



**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL - CREA-RS**  
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ENGENHARIA E DA AGRONOMIA  
Rua São Luís, 77 - Bairro Santana | Porto Alegre (RS) | CEP 90620-170 | Fone: (51) 3320-2100  
- www.crea-rs.org.br

Processo nº 2023.000005090-7

### **CONTRATO Nº PS037/2023**

O **CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL**, com sede e foro no Rio Grande do Sul, sito na rua São Luís, 77, na cidade de Porto Alegre/RS, inscrito no CNPJ sob nº 92.695.790/0001-95, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por sua Presidente Engenheira Ambiental Nanci Cristiane Josina Walter, e a empresa **AC DIGITAL SERVICOS DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 00.087.112/0001-21, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por Sidinei Gomes, resolvem celebrar o presente contrato, exercendo a opção de uso da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, conforme processo de Dispensa de Licitação, sob o protocolo nº 2023.000005090-7, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**1.1. Contratação de empresa para aquisição e ou renovação de certificados digitais e-CPF (tipo A3), para utilização dos titulares (funcionários, diretoria e demais colaboradores devidamente autorizados pelo Crea-RS), na execução das atividades em processo e sistemas eletrônicos; aquisição e ou renovação de certificados digitais e-CNPJ (tipos A1 e A3) e validação presencial, caso necessário, para identificar o Crea-RS em meios digitais e realizar atos em ambientes online. Ambos veiculados e garantidos no âmbito da ICP-Brasil, para atender conforme as demandas do Crea-RS, conforme especificações contidas no termo de referência.**

#### **1.2. DETALHAMENTO/ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO**

1.2.1. Os certificados descritos nos itens de 1 a 6 da tabela abaixo serão solicitados conforme necessidades de renovações e ou aquisições. Validação Presencial: Rua São Luís, 77 - Santana - Porto Alegre/RS.

<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
1	Certificados Digitais e-CPF tipo A3: validade de 3 anos– Token <b>não</b> incluso - Aquisição/Renovação
2	Certificados Digitais e-CPF tipo A3: validade de 3 anos– Token <b>incluso</b> - Aquisição/Renovação
3	Certificados Digitais e-CNPJ, tipo A1 – com Software – Aquisição/Renovação

4	Certificados Digitais e-CNPJ, tipo A3: validade de 3 anos – Token <b>não</b> incluso – Aquisição/Renovação
5	Certificados Digitais e-CNPJ, tipo A3: validade de 3 anos – Token <b>incluso</b> – Aquisição/Renovação
6	Validação Presencial

1.2.2. Fornecimento de Certificados Digitais dos grupos e-CPF e e-CNPJ, tipos A1 e A3, com validação/aquisição e emissão e ou renovação, com as seguintes características:

1.2.3. Certificado Digital deverá atender as seguintes características especificações:

- Padrão: ICP-Brasil;
- Emitido por Autoridade Certificadora - AC credenciada pela ICP-Brasil;
- Validade mínima de 03 (três) anos, contados a partir da data de emissão ou renovação, para Certificados Digitais e-CPF tipo A3 e e-CNPJ, tipo A3;
- Validade mínima de 01 (um) ano, contado a partir da data de emissão ou renovação, para Certificados Digitais e-CNPJ tipo A1;
- Ser gerado, armazenado e protegido por senha em dispositivos Tokens USB (hardware criptográfico) ou no computador, conforme caso;
- Deve ser reconhecido pelo Windows 10 ou superior, utilizando o próprio driver do sistema operacional, sem a necessidade de instalação de drivers de terceiros;
- Reconhecido pelos navegadores: Internet Explorer, Edge, Chrome e Firefox.
- É obrigatório a entrega de material complementar e padrão com informações sobre a utilização do certificado a todos os titulares no momento da emissão do certificado;
- O registro da senha deverá ser pelo próprio titular no momento do recebimento ou renovação do certificado digital e a explicação sobre o uso das senhas PIN, PUK e de revogação, além de informações pertinentes ao titular e suas senhas; A CONTRATADA emitirá ao Crea-RS declaração de compromisso de entrega e ou renovação dos Certificados digitais solicitados.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA/EXECUÇÃO**

**2.1.** O Crea-RS solicitará o serviço a CONTRATADA conforme necessidades.

**2.2.** A solicitação de certificado se dará através de envio de mensagem por correio eletrônico, do Fiscal do Contrato à CONTRATADA.

**2.3.** A partir da solicitação, a CONTRATADA terá o prazo máximo de 3 (três) dias úteis para atendimento, nas modalidades abaixo:

**2.3.1.** Presencial: agendar a visita (in loco) para realizar a validação presencial do titular, quando necessário a emissão do certificado;

**2.3.2.** Videoconferência: a pessoa deverá ter documento digital de CNH ou RG, agendar horário online, se necessário, para realizar a validação do titular, para renovação ou aquisição do certificado; e

**2.3.3.** Online: conexão e acessível diretamente via Internet, por meio de download realizados diretamente no site do fabricante/CONTRATADA.

**2.4.** O agendamento deverá ser comunicado via correio eletrônico ao Fiscal do Contrato com antecedência mínima de 24hs. A CONTRATADA deverá informar a documentação que deve ser

apresentada pelo futuro titular do certificado no momento da validação. A CONTRATANTE deverá confirmar o recebimento do agendamento em resposta ao comunicado.

2.5. Na modalidade de certificação, quando se trata de aquisição, com Token, o atendimento poderá ser solicitado in loco.

2.6. Em atendimento aos preceitos da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, Lei 13.709 de 14 de agosto de 2019, informações pessoais dos titulares, solicitadas à CONTRATANTE para validação do certificado digital, somente serão prestadas pela CONTRATANTE quando devidamente solicitadas por escrito, onde devem ser informadas as razões exatas para a solicitação de tais informações. O titular dos dados pessoais deverá autorizar o envio das informações pela CONTRATANTE à CONTRATADA.

2.7. Toda e qualquer despesa decorrente da execução dos SERVIÇOS DE GARANTIA, ficará a cargo da CONTRATADA.

2.8. O pagamento será realizado conforme a emissão e renovação dos certificados digitais, mediante controle de entrega e renovação, pela CONTRATADA, de relatórios contendo a lista dos certificados que foram emitidos e renovados, com nome do titular, voucher utilizado e nº da nota fiscal correspondente.

2.9. Os certificados digitais emitidos ou renovados deverão ser acompanhados de garantia durante todo o período de vigência, para correção e atualizações, se necessário.

2.10. A CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA, a qualquer momento, revogação de qualquer certificado, com justificativa, ficando a substituição deste dependente de nova solicitação, incorrendo em custo integral do novo certificado para a CONTRATANTE.

2.11. Os certificados digitais rejeitados por razões de defeito ou entregues fora das especificações serão retornados à CONTRATADA para substituição da mídia no prazo máximo 3 (três) dias úteis, contados a partir do envio da notificação à CONTRATADA.

2.12. Os certificados digitais rejeitados deverão ser substituídos no prazo máximo de 3 dias úteis a partir do envio da notificação à CONTRATADA.

### **2.13. ENDEREÇO DA CONTRATANTE – BASE PARA ATENDIMENTO PRESENCIAL**

**2.13.1.** Sede do Crea-RS - Rua São Luís, 77 - Bairro Santana, CEP 90620-170 - Porto Alegre/RS

## **CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PAGAMENTOS**

**3.1.** Pela prestação dos serviços, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os seguintes valores:

<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>VALOR UNITÁRIO</b>
1	Certificados Digitais e-CPF tipo A3: validade de 3 anos– Token <b>não</b> incluso - Aquisição/Renovação	R\$173,60
2	Certificados Digitais e-CPF tipo A3: validade de 3 anos– Token <b>incluso</b> - Aquisição/Renovação	R\$333,60
3	Certificados Digitais e-CNPJ, tipo A1 – com Software – Aquisição/Renovação	R\$173,60
4	Certificados Digitais e-CNPJ, tipo A3: validade de 3 anos – Token <b>não</b> incluso – Aquisição/Renovação	R\$248,00
5	Certificados Digitais e-CNPJ, tipo A3: validade de 3 anos – Token <b>incluso</b> – Aquisição/Renovação	R\$408,00
6	Validação Presencial	R\$30,00

**3.2.** Os preços aceitos pela CONTRATADA são entendidos como justos e suficientes para a execução do objeto desta contratação, já incluídos os impostos federais, estaduais e municipais e, ainda, outras despesas da conta da CONTRATADA.

**3.3.** A nota fiscal deve ser encaminhada para a Gerência do CREA-RS, através do e-mail [contratos@crea-rs.org.br](mailto:contratos@crea-rs.org.br).

**3.3.1.** Para os casos de prestação de serviços que incidem retenção de INSS, a nota fiscal **DEVERÁ** ser **emitida e enviada** nos primeiros dias do mês subsequente a prestação dos serviços, ou seja, entre os dias 01 e 05 do mês seguinte.

**3.3.2.** A nota fiscal emitida e enviada fora do prazo estipulado no item 3.3.1. não poderá ser atestada e será devolvida para cancelamento pelo prestador, o qual providenciará nova emissão dentro do período referido (entre os dias 01 e 05) do próximo mês.

**3.4.** O pagamento será efetuado por meio de depósito em conta cadastrada pelo contratado, no mês subsequente a prestação dos serviços, em até 30 (trinta dias) do envio da nota fiscal após ateste do fiscal do contrato, desde que haja documentação fiscal e dos comprovantes de recolhimento de encargos sociais e fiscais (certidões negativas de débitos junto ao INSS e FGTS).

**3.5.** Os pagamentos sofrerão a incidência da Instrução Normativa nº 1.234/2012, da Secretaria da Receita Federal, que prevê retenções sobre os pagamentos para fins de recolhimento de Imposto de Renda-IRPJ, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido-CSLL, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social-COFINS e Contribuição para o PIS/PASEP. Caso a empresa seja optante pelo Simples, esta deverá encaminhar juntamente com a nota fiscal, declaração conforme ANEXO IV da Normativa nº 1.234/2012 (modelo Anexo III do edital).

**3.6.** Os pagamentos sofrerão também incidência da Lei Complementar 116/2003, que prevê retenções sobre os pagamentos para fins de recolhimento de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza-ISSQN, observando as demais legislações do local da prestação dos serviços e do município do prestador, quando for o caso.

**3.7.** Todos os pagamentos referentes a este instrumento de contrato serão efetuados por meio da dotação orçamentária nº 6.2.2.1.1.01.04.09.037.

#### **CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**4.1.** Constituem obrigações do CREA-RS:

**4.1.2.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no edital e seus anexos;

**4.1.3.** Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto licitado, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

**4.1.4.** Proceder advertências, multas e demais cominações legais pelo descumprimento dos termos do edital;

**4.1.5.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, por meio de servidor especialmente designado, nos termos do art. 117, da Lei nº 14.133/2021;

**4.1.6.** Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no edital e seus anexos;

**4.1.7.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

**4.1.8.** Recusar os itens que forem apresentados em desacordo com as especificações;

**4.2.** O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, em como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados ou subordinados;

**4.3.** Disponibilizar acesso aos profissionais da CONTRATADA, devidamente identificados e que adotem comportamento condizente com ambientes de trabalho, em geral, discreto e formal em suas dependências;

**4.4.** Requisitar documentos para verificar as regularidades jurídicas, fiscais, trabalhistas e econômicas, atualizados, os quais deverão ser fornecidos no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

**4.5.** A inadimplência por parte da CONTRATADA, com referência às obrigações sociais, comerciais e fiscais não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao CREA-RS, nem poderá onerar o objeto da contratação, ou tampouco constituirá qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CREA-RS.

**4.6.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados ou subordinados.

## **CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**5.1.** Cumprir todas as obrigações constantes no presente instrumento de contrato, no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

**5.2.** Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo Contratante referente à forma de fornecimento do objeto contratado e ao cumprimento das demais obrigações assumidas.

**5.3.** Comunicar, por escrito e imediatamente, ao fiscal do contrato, qualquer motivo que impossibilite a prestação do serviço nas condições pactuadas.

**5.4.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

**5.5.** Respeitar os prazos acordados com o CREA-RS.

**5.6.** Manter-se, durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

**5.7.** Aceitar, se aplicável, nas mesmas condições contratuais, atendendo à conveniência e necessidades do Contratante, acréscimos ou supressões do objeto da contratação, conforme previsto na Lei 14.133/2021.

**5.8.** Permitir ao empregado do CREA-RS responsável pela fiscalização do contrato o poder de sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência, ficando certo que, em nenhuma hipótese, a eventual falha de fiscalização por parte do Contratante eximirá a Contratada das responsabilidades decorrentes do contrato correndo por conta desta todas as despesas em razão desses serviços.

**5.9.** No valor dos serviços deverão estar inclusos todos os encargos e custos, diretos e indiretos, que incidam sobre o mesmo.

**5.10.** Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da não observância das condições constantes no presente instrumento, bem como de infrações praticadas por seus empregados, ainda que no recinto do CREA-RS.

**5.11.** Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como salário, transporte, alimentação, diárias, indenizações civis e quaisquer outras que forem devidas a seus empregados na execução do objeto, bem como aquelas realizadas com eventuais terceirizações, ficando o CREA-RS isento de qualquer vínculo empregatício

**5.12.** Estão incluídas nas obrigações da CONTRATADA todas as exigências contidas no termo de referência.

## **CLÁUSULA SEXTA – DA RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL**

**6.1.** A CONTRATADA se compromete, sob pena de infração e rescisão contratual, a:

**6.1.1.** Não permitir a prática de trabalho análogo ao escravo ou qualquer outra forma de trabalho ilegal, bem como implementar esforços junto aos seus respectivos fornecedores de produtos e serviços, a fim de que esses também se comprometam no mesmo sentido;

6.1.2. Não empregar menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos conforme art. 7º, XXXIII, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

6.1.3. Não permitir a prática ou a manutenção de discriminação limitativa ao acesso na relação de emprego, ou negativa com relação a sexo, origem, raça, cor, condição física, religião, estado civil, idade, situação familiar ou estado gravídico, bem como a implementar esforços nesse sentido junto aos seus respectivos fornecedores;

6.1.4. Respeitar o direito de formar ou associar-se a sindicatos, bem como negociar coletivamente, assegurando que não haja represálias.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO**

7.1. A CONTRATADA deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

7.1.1. “Prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

7.1.2. “Prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;

7.1.3. “Prática conluiada”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

7.1.4. “Prática coercitiva”: causar danos ou ameaçar causar danos, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

7.1.5. “Prática obstrutiva”: (I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (II) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

7.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanções sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de contrato financiado pelo organismo.

7.3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, a CONTRATADA concorda e autoriza que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

## **CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO**

8.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representante designado pelo CONTRATANTE, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, observado o que segue:

8.1.1. Competirá ao fiscal do contrato dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, de tudo dando ciência à autoridade competente, para as medidas cabíveis;

**8.1.2.** Solicitar à CONTRATADA as correções necessárias identificadas para a execução deste contrato e anexar aos autos do processo correspondente cópia dos documentos escritos que comprovem as solicitações de providências;

**8.1.3.** Encaminhar ao fiscal do contrato, fazendo juntada dos documentos necessários, relatório das ocorrências (falhas) observadas na execução, para que o gestor encaminhe à autoridade competente as solicitações de penalidades aplicáveis pelo não cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA;

**8.1.4.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas. Na ocorrência destas, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE, ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com a Lei 14133/2021.

**8.2.** Será fiscal do presente contrato Jamile Ciota, matrícula 1210.

## **CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES**

**9.2.** Com fundamento nos artigos 92 e 156 da Lei 14.133/2021, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

**9.2.1.** Advertência, por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, assim consideradas as que não se enquadrarem nos dispositivos seguintes:

**9.2.2.** Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da contratação, pelo descumprimento de disposição do edital, cláusula contratual ou norma de legislação pertinente;

**9.2.3.** Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da contratação, nos casos de inexecução parcial ou total, execução imperfeita ou negligência na execução do objeto contratado;

**9.2.4.** Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL não superior a 3 (três) anos;

**9.2.5.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir o CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior;

## **CLÁUSULA DÉCIMA– DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO**

**10.1.** A rescisão contratual poderá ser efetivada nos termos da Lei, na hipótese de descumprimento total ou parcial de quaisquer das obrigações contratuais, com as consequências legais e instrumentais.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA**

**11.1.** O prazo de duração desta contratação será de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato, podendo ter a sua duração prorrogada, nos termos da Lei 14.133/2021.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RENOVAÇÃO E REAJUSTE**

**12.1.** Sob critério do CREA-RS, em caso de renovação ao final do período contratual de 12 (doze) meses, os serviços prestados farão jus a serem reajustados para mais ou para menos pelo IGPM/FGV acumulado para o período contratado ou índice que o substitua.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD**

**13.1.** A(s) empresa(s) contratada(s) se compromete(m) a formalização de Acordo de Proteção de Dados, nos termos e condições a seguir relacionadas:

**13.1.1.** A empresa CONTRATADA, por si, seus representantes legais, funcionários, prepostos e colaboradores, obriga-se a atuar em conformidade com a Legislação vigente sobre proteção de dados relativos a uma pessoa física (“Titular”) identificada ou identificável (“Dados Pessoais”) e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados”), além das demais normas e políticas de proteção de dados de cada país onde houver qualquer tipo de tratamento dos Dados Pessoais vinculados ao CREA-RS.

**13.1.2.** A empresa CONTRATADA obriga-se a manter os Dados Pessoais a que tiver acesso em sigilo, adotando medidas técnicas e administrativas aptas a protegê-los contra acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão (“Tratamento não Autorizado ou Incidente”), bem como a não utilizar, compartilhar ou comercializar quaisquer elementos de dados pessoais que passe a ter acesso a partir da assinatura deste termo, sendo igualmente vedada a utilização desses dados após o término da finalidade para a qual foram coletados.

**13.1.3.** A empresa CONTRATADA, por si e seus funcionários, prepostos e colaboradores, compromete-se a:

**13.1.3.1.** Tratar como confidencial todos os documentos e dados a que vier a ter acesso em razão da intenção de firmar contrato.

**13.1.3.2.** Tratar os documentos e os dados pessoais com o mesmo nível de segurança que trata seus documentos, dados e informações de caráter confidencial.

**13.1.3.3.** Tratar e usar os dados pessoais coletados para os fins de celebrar futuro contrato, mantendo-os registrados, organizados, conservados e disponíveis para consulta.

**13.1.3.4.** Realizar o compartilhamento dos dados apenas e somente nos casos em que o seu titular tenha dado o consentimento inequívoco, ou nas situações legalmente previstas ou acordadas com o CREA-RS.

**13.1.3.5.** Tratar os dados de modo compatível com as finalidades para as quais tenham sido coletados e pelo mínimo de pessoas possível, devendo ser as mesmas identificáveis.

**13.1.3.6.** Conservar os dados apenas durante o período necessário à celebração da contratação. Quando da finalização da contratação, a empresa CONTRATADA poderá manter os dados pelo prazo necessário ao cumprimento de eventual obrigação legal, garantindo a sua efetiva confidencialidade.

**13.1.3.7.** Notificar o CREA-RS, no prazo de até 24 horas, caso haja alguma suspeita ou incidente de segurança concreto envolvendo dados pessoais, informando os tipos de dados pessoais potencialmente comprometidos ou vazados; quaisquer medidas para mitigação ou remediação tomadas ou planejadas em resposta ao incidente, devendo prestar toda a colaboração necessária a qualquer investigação que venha a ser realizada.

**13.1.3.8.** Garantir o exercício, pelos titulares dos dados, dos respectivos direitos de informação, acesso, revogação, oposição e portabilidade.

**13.1.3.9.** Assegurar que todas as pessoas que venham a ter acesso aos dados pessoais no contexto deste termo, cumpram as disposições legais aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais, não cedendo ou divulgando tais dados pessoais a terceiros, nem deles fazendo uso para quaisquer fins que não os estritamente consentidos pelos respectivos titulares.

**13.1.3.10.** Os dados coletados poderão estar armazenados em ambiente seguro e controlado pela empresa CONTRATADA, ou de terceiro por ele contratado desde que este terceiro assumira, por escrito, as mesmas responsabilidades em relação a proteção de dados assumidas pela empresa CONTRATADA, não podendo guardar, armazenar ou reter os dados por tempo superior ao prazo legal.

**13.1.3.11.** A empresa CONTRATADA se compromete a devolver ou excluir os Dados que vier a ter acesso, em até 30 (trinta) dias, nos casos em que (i) o CREA-RS solicitar; (ii) o contrato não for renovado ou, se renovado, for rescindido.

**13.1.4.** A empresa CONTRATADA será responsável por quaisquer danos causados em decorrência da violação de suas obrigações no âmbito desta contratação, da violação da legislação de proteção de dados em vigor ou da violação de qualquer direito dos titulares de dados, devendo ressarcir ao CREA-RS por todo e qualquer gasto, custo, despesas, honorários e custas processuais efetivamente incorridos ou indenização/multa paga em decorrência de tal violação.

**13.1.5.** O instrumento contratual constitui o acordo integral entre as Partes quanto a seu objeto, substituindo qualquer outro acordo sobre tal matéria. Alterações, aditamentos e renúncias ao contrato deverão ser realizados por escrito.

**13.1.6.** A forma de celebração contratual por meios eletrônicos, digitais e informáticos, é reconhecida como válida e plenamente eficaz, ainda que seja estabelecida com assinatura eletrônica ou certificação fora dos padrões ICP-BRASIL, conforme disposto no artigo 10, da Medida Provisória nº 2.200/2001 em vigor.

**13.1.7.** A invalidade de uma ou mais disposições contratuais não afetará a validade das demais condições. A disposição inválida será substituída, mediante acordo mútuo, por uma disposição que seja adequada para os mesmos fins, considerando-se os interesses de ambas as Partes.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**14.1.** As despesas decorrentes dos serviços prestados, referentes a presente contratação, correrão, por conta da dotação orçamentária nº 6.2.2.1.1.01.04.09.037.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DISPOSIÇÕES GERAIS**

15.1 O contrato deverá ser assinado eletronicamente pela empresa, no prazo de até 05 (cinco) dias corridos contados da sua disponibilização no sistema eletrônico de Informação, SEI, nos termos do Decreto nº 8.539/2015, que dispõe sobre o uso do meio eletrônico na realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

15.1.1. Para poder efetivar as assinaturas eletrônicas, a empresa deverá estar cadastrada no sistema eletrônico de Informação do Crea-RS;

15.1.1.1. Caso não possua o referido cadastro, será enviado *weblink* de página da internet, para o endereço de correio eletrônico, *e-mail*, do responsável pela assinatura do contrato, como forma de se implementar a assinatura eletrônica;

15.1.2. O contrato poderá ser assinado também por meio de certificado digital, nos termos da legislação vigente;

15.2. O termo de referência, bem como a proposta vencedora, farão parte integrante do instrumento de contrato, como se nele estivessem transcritos;

**15.3.** Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO**

**16.1.** É competente para dirimir as controvérsias oriundas da presente avença, o Foro da Justiça Federal de Porto Alegre/RS.

Porto Alegre, 07 de julho de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Sidinei Gomes, Usuário Externo**, em 05/07/2023, às 16:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **JAMILE CIOTA, Gerente**, em 06/07/2023, às 10:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **MARIA FERNANDA ANCHIETA CARDOSO DE BERMUDEZ, Advogado(a)**, em 06/07/2023, às 10:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **LEONARDO DA COSTA PEREIRA, Gerente**, em 06/07/2023, às 10:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **DENISE RIES RUSSO, Superintendente**, em 06/07/2023, às 15:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **NANCI CRISTIANE JOSINA WALTER, Presidente**, em 06/07/2023, às 16:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.crea-rs.org.br/validar.html>, informando o código verificador **1689090** e o código CRC **5CF912C7**.

---